



Câmara Municipal

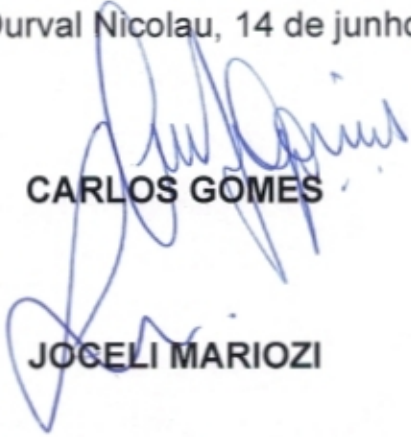
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei do Executivo nº 014/2022 – Do Executivo – Revoga a Lei Municipal nº 3.750, de 06 de dezembro de 2.014, e cria as funções de confiança destinadas às atribuições de chefia, consoante o Anexo III deste Lei, no quadro de pessoal do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino-FAE, de que trata a Lei nº 217, de 06 de dezembro de 1.994.

Em atenção ao referido documento, somos de parecer pela sua devolução ao Executivo para um reestudo mais aprofundado sobre a criação das funções de confiança.

PARECER FAVORÁVEL PARA QUE SEJA DEVOLVIDO AO EXECUTIVO

Plenário Dr. Durval Nicolau, 14 de junho de 2.022


CARLOS GOMES

JOCELI MARIOZI

GUSTAVO BELLONI



Câmara Municipal

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de Lei do Executivo nº 014/2022 – Do Executivo – Revoga a Lei Municipal nº 3.750, de 06 de dezembro de 2.014, e cria as funções de confiança destinadas às atribuições de chefia, consoante o Anexo III deste Lei, no quadro de pessoal do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino-FAE, de que trata a Lei nº 217, de 06 de dezembro de 1.994.

Em atenção ao referido documento, somos de parecer pela sua devolução ao Executivo para um reestudo mais aprofundado sobre a criação das funções de confiança.

**PARECER FAVORÁVEL PARA QUE SEJA
DEVOLVIDO AO EXECUTIVO**

Plenário Dr. Durval Nicolau, 14 de junho de 2.022



LUIZ PARAKI



MERCÍLIO MACENA BENEVIDES

PASTOR CARLOS



COMISSÃO DE ASSUNTOS RELATIVOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Projeto de Lei do Executivo nº 014/2022 – Do Executivo – Revoga a Lei Municipal nº 3.750, de 06 de dezembro de 2.014, e cria as funções de confiança destinadas às atribuições de chefia, consoante o Anexo III deste Lei, no quadro de pessoal do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino-FAE, de que trata a Lei nº 217, de 06 de dezembro de 1.994.

Em atenção ao referido documento, somos de parecer pela sua devolução ao Executivo para um reestudo mais aprofundado sobre a criação das funções de confiança.

**PARECER FAVORÁVEL PARA QUE SEJA
DEVOLVIDO AO EXECUTIVO**

Plenário Dr. Durval Nicolau, 15 de junho de 2.022


MERCÍLIO MACENA BENEVIDES


RODRIGO BARBOSA

JOSÉ CLAUDIO FERREIRA



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

18 de março de 2022

Projeto de lei do executivo nº 14/2022

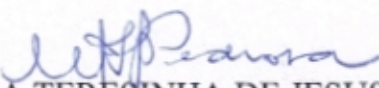
Of.GAB. nº **162/2022**

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei que dispõe a revogação da Lei Municipal nº 3.750, de 06 de dezembro de 2014, e a criação das funções de confiança destinadas às atribuições de chefia consoante Anexo III desta lei, no quadro de pessoal do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE, de que trata a Lei n.º 217, de 06 de dezembro de 1994

Contamos com a compreensão dos Senhores Vereadores na apreciação e aprovação deste projeto.

Renovamos os protestos de estima e consideração.


MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA
Prefeita Municipal

COMISSÕES
Justiça, Finanças e
Serviços
DATA *21/03/2022*
Luís Carlos Domiciano
PRESIDENTE

14/03/20



Exmo. Sr. Vereador
LUÍS CARLOS DOMICIANO
Presidente da Câmara Municipal
NESTA.



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI

nº 014/2022

"Revoga a Lei Municipal nº 3.750, de 06 de dezembro de 2014, e cria as funções de confiança destinadas às atribuições de chefia consoante Anexo III desta lei, no quadro de pessoal do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE, de que trata a Lei n.º 217, de 06 de dezembro de 1994".

Art. 1º - Fica revogada a Lei Municipal nº 3.750, de 06 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Ficam criadas no quadro de pessoal instituído pela Lei Municipal n.º 217, de 06 de dezembro de 1994, e regulamentado pela Resolução n.º 01 de 12 de dezembro de 1994, do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE, as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidor ocupante de cargo efetivo, de livre nomeação e exoneração, nos termos da lei, com denominação, número, nível hierárquico e gratificação fixados consoante os Anexos desta Lei, destinadas às atribuições de chefia nos termos do artigo 37, V da Constituição Federal.

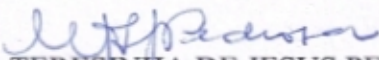
§1º - As vagas das funções criadas pela presente Lei ficam inseridas na Tabela "D" do Grupo Ocupacional de tratam os anexos da Lei Municipal n.º 217, de 06 de dezembro de 1994 e suas alterações.

§2º - Os servidores municipais designados para as funções de chefia criadas por esta Lei, receberão, em parcela destacada, a gratificação de função correspondente, sobre a qual não incidirão quaisquer direitos, vantagens ou adicionais.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e dois (18.03.2022).


MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

O CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO – FAE, autarquia municipal, submete à apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de projeto de Lei que dispõe sobre a criação de vagas nos cargos efetivos no quadro de pessoal do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE.

É com a máxima vênua a esta Colenda Câmara, que através deste projeto de lei, propõe a criação das funções de confiança para atribuições de Chefia de Setor, no quadro de servidores do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino, criadas outrora pela Lei Municipal nº 3.750, de 06 de dezembro de 2014, e revogação desta para fins de regulamentação.

Registra-se que a Lei Municipal nº 3.750, de 06 de dezembro de 2014 está sendo objeto de análise quanto sua constitucionalidade em procedimento administrativo junto à Subprocuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (Processo SEI nº 37.0739.0019127/2021-3). Desse modo, o projeto apresentado busca regularizar as inconsistências que existem na Lei Municipal nº 3.750/2014 e propiciar o regular funcionamento da Autarquia Municipal.

As funções de confiança, são voltadas para o desempenho de atribuições de chefia, e são indispensáveis para o bom desenvolvimento, instrução e acompanhamento das atividades meio nos seguimentos estratégicos, táticos e operacionais da Autarquia.

Os setores e seções preexistentes abarcados pelo presente projeto de lei, elenca apenas duas alterações: a segmentação do Setor de Controle de Materiais e Patrimônio em Setor de Controle de Patrimônio integrando a Seção de Almoxarifado, e a regulamentação da Seção de Serviços de Segurança que hoje é desempenhado pelo mesmo ocupante da chefia de Seção de Serviços de Manutenção e Limpeza, ambas integradas pela Pró-Reitoria Administrativa, mas carecendo esta última seção da devida previsão legal. Quanto aos demais setores e seção, temos a estrutura administrativa inalterada.

Haverá somente a alteração constante do parágrafo anterior, ficando os demais setores e seção inalterados, sendo mantida a estrutura administrativa já havida desde a publicação da Lei Municipal nº 3.750, de 06 de dezembro de 2014.

A alteração proposta, emana da necessidade de descentralizar as atividades diretas de almoxarifado, possibilitando ao Setor de Controle de Patrimônio mais tempo, melhor foco e eficiência na realização das atribuições que lhe competem. Também, quanto à Seção de Serviços de Segurança, a exemplo da Seção de Serviços de Manutenção e Limpeza preexistente, é necessário a regularização em lei quanto ao desempenho das atribuições desta seção, o que segue atendido no Anexo II deste projeto de lei.

O percentual protegido pela Lei Municipal nº 4.133, de 30 de maio de 2017 e alterado pela Lei Municipal nº 4.910, de 15 de outubro de 2021 segue observado e obedecido, vez que seu alcance é pertinente a cargos comissionados puros, e a presente proposta não trata da criação de cargos em comissão ou cargos efetivos, e sim da regulamentação das funções de confiança, que são destinadas à chefia, diretoria ou assessoramento, e que devem ser ocupadas exclusivamente por servidor público de carreira, perante designação corroborada pelo liame de confiança entre Reitor e designado.

Isto posto, considerando a capacidade técnica e jurídica para análise do anteprojeto, bem como autonomia financeira e administrativa da Autarquia, a aprovação deste Projeto de Lei é imprescindível para contínua concretização do compromisso entre a Administração da Unifae para com a Municipalidade quanto organização e cumprimento das demandas acadêmico administrativas de todos os setores da Instituição.

Desse modo, com vistas a manter o serviço público educacional em constante expansão em benefício do Município, é que apresentamos a essa Egrégia Câmara Municipal, referido Projeto



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

de Lei, razão pela qual contamos com a compreensão dos Nobres Edis na sua apreciação e aprovação.

São João da Boa Vista, aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e dois (18.03.2022).

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

O CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO – FAE, autarquia municipal, submete à apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de projeto de Lei que dispõe sobre a criação de vagas nos cargos efetivos no quadro de pessoal do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE.

É com a máxima vênica a esta Colenda Câmara e à Excelentíssima Sr.^a Prefeita Municipal, que o Magnífico Reitor da Autarquia Municipal, através deste projeto de Lei, propõe a criação das funções de confiança para atribuições de Chefia de Setor, no quadro de servidores desta autarquia, criadas outrora pela Lei Municipal nº 3.750, de 06 de dezembro de 2014, e revogação desta para fins de regulamentação.

Registra-se que a Lei Municipal nº 3.750, de 06 de dezembro de 2014 está sendo objeto de análise quanto sua constitucionalidade em procedimento administrativo junto à Subprocuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (Processo SEI nº 37.0739.0019127/2021-3). Desse modo, o projeto apresentado busca regularizar as inconsistências que existem na Lei Municipal nº 3.750/2014 e propiciar o regular funcionamento da Autarquia Municipal.

As funções de confiança, são voltadas para o desempenho de atribuições de chefia, e são indispensáveis para o bom desenvolvimento, instrução e acompanhamento das atividades meio nos seguimentos estratégicos, táticos e operacionais da Autarquia.

Os setores e seções preexistentes abarcados pelo presente anteprojeto de lei, elenca apenas duas alterações: a segmentação do Setor de Controle de Materiais e Patrimônio em Setor de Controle de Patrimônio integrando a Seção de Almoxarifado, e a regulamentação da Seção de Serviços de Segurança que hoje é desempenhado pelo mesmo ocupante da chefia de Seção de Serviços de Manutenção e Limpeza, ambas integradas pela Pró-Reitoria Administrativa, mas carecendo esta última seção da devida previsão legal. Quanto aos demais setores e seção, temos a estrutura administrativa inalterada.

Haverá somente a alteração constante do parágrafo anterior, ficando os demais setores e seção inalterados, sendo mantida a estrutura administrativa já havida desde a publicação da Lei Municipal nº 3.750, de 06 de dezembro de 2014.

A alteração proposta, emana da necessidade de descentralizar as atividades diretas de almoxarifado, possibilitando ao Setor de Controle de Patrimônio mais tempo, melhor foco e eficiência na realização das atribuições que lhe competem. Também, quanto à Seção de Serviços de Segurança, a exemplo da Seção de Serviços de Manutenção e Limpeza preexistente, é necessário a regularização em lei quanto ao desempenho das atribuições desta seção, o que segue atendido no Anexo II deste projeto de lei.



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

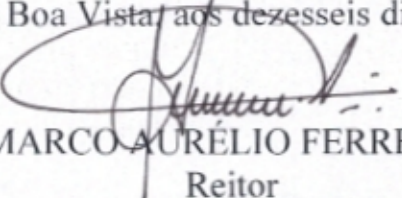
Estado de São Paulo

O percentual protegido pela Lei Municipal nº 4.133, de 30 de maio de 2017 e alterado pela Lei Municipal nº 4.910, de 15 de outubro de 2021 segue observado e obedecido, vez que seu alcance é pertinente a cargos comissionados puros, e a presente proposta não trata da criação de cargos em comissão ou cargos efetivos, e sim da regulamentação das funções de confiança, que são destinadas à chefia, diretoria ou assessoramento, e que devem ser ocupadas exclusivamente por servidor público de carreira, perante designação corroborada pelo liame de confiança entre Reitor e designado.

Isto posto, considerando a capacidade técnica e jurídica para análise do anteprojeto, bem como autonomia financeira e administrativa da Autarquia, a aprovação deste Projeto de Lei é imprescindível para contínua concretização do compromisso entre a Administração da Unifae para com a Municipalidade quanto organização e cumprimento das demandas acadêmico administrativas de todos os setores da Instituição.

Desse modo, com vistas a manter o serviço público educacional em constante expansão em benefício do Município, é que apresentamos a essa Egrégia Câmara Municipal, referido Projeto de Lei, razão pela qual contamos com a compreensão dos Nobres Edis na sua apreciação e aprovação.

São João da Boa Vista, aos dezesseis dias do mês de março de 2022
(16.03.2022).


MARCO AURÉLIO FERREIRA
Reitor



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

ANEXO I FUNÇÕES DE CONFIANÇA

FUNÇÕES	REQUISITOS BÁSICOS	QUANTIDADE	GRATIFICAÇÃO
Chefe de Setor	Titular de cargo efetivo / Formação em Nível Técnico/Superior	07	R\$ 2.267,20
Chefe de Seção	Titular de cargo efetivo / Formação em Nível Técnico/Superior	03	R\$ 1.614,53



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

ANEXO II REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

FUNÇÃO DE CONFIANÇA: CHEFE DE SETOR

ESCOLARIDADE: Formação Superior ou Tecnólogo

REQUISITO ESPECÍFICO: Ser servidor efetivo em exercício na administração pública direta ou indireta.

ATRIBUIÇÕES:

- Chefiar as atividades da Unidade administrativa sob sua responsabilidade, no âmbito de suas competências;
- Fazer executar, dentro dos prazos previstos, a programação dos serviços afetos a sua área de atuação;
- Orientar seus subordinados no desempenho das atividades, bem como na sua conduta funcional;
- Cumprir e fazer cumprir os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades superiores;
- Transmitir a seus subordinados as diretrizes a serem adotadas no desenvolvimento dos trabalhos;
- Manter seus superiores imediatos permanentemente informados sobre o andamento das atividades da sua unidade;
- Manter a regularidade dos serviços, expedindo as necessárias determinações ou representando as autoridades superiores, conforme for o caso;
- Praticar todo e qualquer ato ou exercer quaisquer das atribuições dos servidores subordinados;
- Desempenhar atividades afins regulamentadas pela Autarquia.



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

FUNÇÃO DE CONFIANÇA: CHEFE DE SEÇÃO

ESCOLARIDADE: Ensino superior completo.

REQUISITO ESPECÍFICO: Ser servidor efetivo em exercício na administração pública direta ou indireta.

ATRIBUIÇÕES:

- Chefiar as atividades da Unidade administrativa sob sua responsabilidade, no âmbito de suas competências;
- Assessorar a organização dos serviços;
- Levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior;
- Dar conhecimento ao superior hierárquico de suas atividades;
- Promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço;
- Coordenar a expedição de todas as ordens relativas à disciplina, instrução e serviços gerais cuja execução cumpra-lhe fiscalizar;
- Representar o superior hierárquico, quando designado;
- Assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente.
- Desempenhar atividades afins regulamentadas pela Autarquia.

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

VAGAS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA – CHEFE DE SETOR (PRIVATIVO DE SERVIDOR EFETIVO)

EXERCÍCIO 2022 (MARÇO A DEZEMBRO)

DISCRIMINAÇÃO	MENSAL	ANUAL
Gratificação	R\$ 15.870,40	R\$ 185.154,67
IPSJBV (empregador) 22%	R\$ 3.491,49	R\$ 40.734,03
13º Salário (proporc. / integral)	R\$ 1.322,53	R\$ 13.225,33
IPSJBV (empregador) 22%	R\$ 290,96	R\$ 2.909,57
1/3 Férias	R\$ 440,84	R\$ 4.408,44
Abono Cheque Férias	R\$ 881,69	R\$ 8.816,89
Totais	R\$ 22.297,91	R\$ 255.248,93

EXERCÍCIO 2023 (JANEIRO A DEZEMBRO)

DISCRIMINAÇÃO	MENSAL	ANUAL
Gratificação	R\$ 15.870,40	R\$ 222.185,60
IPSJBV (empregador) 22%	R\$ 3.491,49	R\$ 48.880,83
13º Salário (proporc. / integral)	R\$ 1.322,53	R\$ 15.870,40
IPSJBV (empregador) 22%	R\$ 290,96	R\$ 3.491,49
1/3 Férias	R\$ 440,84	R\$ 5.290,13
Abono Cheque Férias	R\$ 881,69	R\$ 10.580,27
Totais	R\$ 22.297,91	R\$ 306.298,72

EXERCÍCIO 2024 (JANEIRO A DEZEMBRO)

DISCRIMINAÇÃO	MENSAL	ANUAL
Gratificação	R\$ 15.870,40	R\$ 222.185,60
IPSJBV (empregador) 22%	R\$ 3.491,49	R\$ 48.880,83
13º Salário (proporc. / integral)	R\$ 1.322,53	R\$ 15.870,40
IPSJBV (empregador) 22%	R\$ 290,96	R\$ 3.491,49
1/3 Férias	R\$ 440,84	R\$ 5.290,13
Abono Cheque Férias	R\$ 881,69	R\$ 10.580,27
Totais	R\$ 22.297,91	R\$ 306.298,72

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – ART. 17 DA LEI 101/2000

1. APURAÇÃO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO PARA 2022:

1.1 Apuração das Disponibilidade Previstas:

Superávit Financeiro em 31/12/2021

(+) Receita Prevista para 2022 73.000.000,00

(=) Disponibilidades Previstas para 2022 73.000.000,00

1.2 Custo da Ampliação da Despesa em 2022

1.2.1 Demonstração do Impacto Orçamentário
para 2022 255.248,53

1.2.2 Impacto Orçamentário = 0,3497%

1.2.3 Impacto Financeiro = 0,3497%

1. APURAÇÃO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO PARA 2023:

1.1 Apuração das Disponibilidade Previstas:

Superávit Financeiro em 31/12/2022

(+) Receita Prevista para 2023 80.485.000,00

(=) Disponibilidades Previstas para 2023 80.485.000,00

1.2 Custo da Ampliação da Despesa em 2023

1.2.1 Demonstração do Impacto Orçamentário
para 2023 306.298,72

1.2.2 Impacto Orçamentário = 0,3806%

1.2.3 Impacto Financeiro = 0,3806%

1. APURAÇÃO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO PARA 2024:

1.1 Apuração das Disponibilidade Previstas:

Superávit Financeiro em 31/12/2023

(+) Receita Prevista para 2024 84.510.000,00

(=) Disponibilidades Previstas para 2024 84.510.000,00

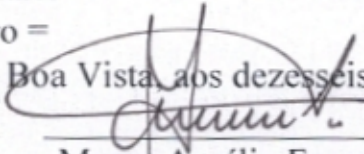
1.2 Custo da Ampliação da Despesa em 2024

1.2.1 Demonstração do Impacto Orçamentário
para 2024 306.298,72

1.2.2 Impacto Orçamentário = 0,3624%

1.2.3 Impacto Financeiro = 0,3624%

São João da Boa Vista, aos dezesseis dias do mês de março de 2022
(16.03.2022).


Marco Aurélio Ferreira
Reitor



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

VAGAS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA – CHEFE DE SEÇÃO (PRIVATIVO DE SERVIDOR EFETIVO)

EXERCÍCIO 2022 (MARÇO A DEZEMBRO)

DISCRIMINAÇÃO	MENSAL	ANUAL
Gratificação	R\$ 4.843,59	R\$ 56.508,55
IPSJBV (empregador) 22%	R\$ 1.065,59	R\$ 12.431,88
13º Salário (proporc. / integral)	R\$ 403,63	R\$ 4.036,33
IPSJBV (empregador) 22%	R\$ 88,80	R\$ 887,99
1/3 Férias	R\$ 134,54	R\$ 1.345,44
Abono Cheque Férias	R\$ 269,09	R\$ 2.690,88
Totais	R\$ 6.805,24	R\$ 77.901,07

EXERCÍCIO 2023 (JANEIRO A DEZEMBRO)

DISCRIMINAÇÃO	MENSAL	ANUAL
Gratificação	R\$ 4.843,59	R\$ 67.810,26
IPSJBV (empregador) 22%	R\$ 1.065,59	R\$ 14.918,26
13º Salário (proporc. / integral)	R\$ 403,63	R\$ 4.843,59
IPSJBV (empregador) 22%	R\$ 88,80	R\$ 1.065,59
1/3 Férias	R\$ 134,54	R\$ 1.614,53
Abono Cheque Férias	R\$ 269,09	R\$ 3.229,06
Totais	R\$ 6.805,24	R\$ 93.481,29

EXERCÍCIO 2024 (JANEIRO A DEZEMBRO)

DISCRIMINAÇÃO	MENSAL	ANUAL
Gratificação	R\$ 4.843,59	R\$ 67.810,26
IPSJBV (empregador) 22%	R\$ 1.065,59	R\$ 14.918,26
13º Salário (proporc. / integral)	R\$ 403,63	R\$ 4.843,59
IPSJBV (empregador) 22%	R\$ 88,80	R\$ 1.065,59
1/3 Férias	R\$ 134,54	R\$ 1.614,53
Abono Cheque Férias	R\$ 269,09	R\$ 3.229,06
Totais	R\$ 6.805,24	R\$ 93.481,29



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – ART. 17 DA LEI 101/2000

1. APURAÇÃO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO PARA 2020:

1.1 Apuração das Disponibilidade Previstas:

Superávit Financeiro em 31/12/2019

(+) Receita Prevista para 2020 73.000.000,00

(=) Disponibilidades Previstas para 2020 73.000.000,00

1.2 Custo da Ampliação da Despesa em 2020

1.2.1 Demonstração do Impacto Orçamentário
para 2020 77.901,07

1.2.2 Impacto Orçamentário = 0,1067%

1.2.3 Impacto Financeiro = 0,1067%

1. APURAÇÃO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO PARA 2021:

1.1 Apuração das Disponibilidade Previstas:

Superávit Financeiro em 31/12/2020

(+) Receita Prevista para 2021 80.485.000,00

(=) Disponibilidades Previstas para 2021 80.485.000,00

1.2 Custo da Ampliação da Despesa em 2021

1.2.1 Demonstração do Impacto Orçamentário
para 2021 93.481,29

1.2.2 Impacto Orçamentário = 0,1161%

1.2.3 Impacto Financeiro = 0,1161%

1. APURAÇÃO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO PARA 2022:

1.1 Apuração das Disponibilidade Previstas:

Superávit Financeiro em 31/12/2021

(+) Receita Prevista para 2022 84.510.000,00

(=) Disponibilidades Previstas para 2022 84.510.000,00

1.2 Custo da Ampliação da Despesa em 2022

1.2.1 Demonstração do Impacto Orçamentário
para 2022 93.481,29

1.2.2 Impacto Orçamentário = 0,1106%

1.2.3 Impacto Financeiro = 0,1106%

São João da Boa Vista, aos dezesseis dias do mês de março de 2022

(16.03.2022).

Marco Aurélio Ferreira

Reitor